**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DE BOMBEIRO MILITAR
“Coronel Osmar Alves Pinheiro”
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

Cadete BM/2 WENDEL **CAVALCANTI** DE OLIVEIRA FARIAS

**ENSINO A DISTÂNCIA: O EAD NOS CURSOS DE CARREIRA DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA
2025

Cadete BM/2 WENDEL **CAVALCANTI** DE OLIVEIRA FARIAS

**ENSINO A DISTÂNCIA: O EAD NOS CURSOS DE CARREIRA DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Artigo científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Orientador: Maj. QOBM/Compl. João Daniel da Silva **Filgueira**

BRASÍLIA
2025

Cadete BM/2 WENDEL **CAVALCANTI** DE OLIVEIRA FARIAS

**ENSINO A DISTÂNCIA: O EAD NOS CURSOS DE CARREIRA DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Artigo científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Aprovado em: 16/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

NILSA ANTONIA DE OLIVEIRA – Ten-Cel. QOBM/Comb.
Presidente

RAFAEL COSTA GUIMARÃES – Cap. QOBM/Compl.
Membro

JORGE HAMILTON HEINE E SILVA – Cap. QOBM/Comb.
Membro

JOÃO DANIEL DA SILVA FILGUEIRA – .Maj. QOBM/Compl.
Orientador

RESUMO

Este artigo analisa o panorama do Ensino a Distância (EaD) nos cursos de carreira do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), avaliando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) e a conformidade com o planejamento estratégico da Corporação (PLANES). A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando análise documental de publicações internas do CBMDF (2010-2025), exame de normativos do MEC e CNE, e um questionário aplicado a 197 instrutores dos cursos de carreira da corporação. Os resultados revelam uma inserção lenta e desigual do EaD, com avanços significativos no Curso de Altos Estudos para Praças (CAEP), mas com limitada modernização nos outros cursos. A análise de publicações internas identificou 43 documentos relevantes entre 3.902 analisados, destacando marcos como o Plano de Comando 2015-2018 e a formalização do EaD pelo Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino (RPCEE/2024). O questionário apontou que 91,4% dos instrutores veem a inclusão do EaD como benéfica, embora desafios como falta de capacitação e infraestrutura persistam. Conclui-se que o EaD no CBMDF apresenta alinhamento parcial com o planejamento estratégico e as diretrizes do MEC e do CNE, com potencial para expansão mediante investimentos em infraestrutura, capacitação de tutores e revisão curricular dos cursos de carreira, consolidando o modelo híbrido como uma solução estratégica para a formação militar.

Palavras-chave: Ensino a Distância; CBMDF; cursos de carreira; capacitação.

ABSTRACT

This article examines the landscape of Distance Education (DE) in career courses of the Distrito Federal Military Firefighters Corps (MFDFC), evaluating its implementation, instructors' perceptions, alignment with Ministry of Education (ME) and National Education Council (NEC) regulations, and compliance with the Corporation's strategic planning (CSP). The study adopted a mixed approach, combining document analysis of MFDFC internal publications (2010-2025), review of ME and NEC regulations, and a questionnaire applied to 197 career course instructors. Results reveal a slow and uneven integration of DE, with significant progress in the Advanced Studies Course for Enlisted Personnel (ASCEP), but limited modernization in other courses. Analysis of internal publications identified 43 relevant documents out of 3,902 reviewed, highlighting milestones such as the 2015-2018 Command Plan and DE formalization through the Regulation of Common Precepts for Educational Institutions (RCPEI/2024). The questionnaire indicated that 91.4% of instructors view DE inclusion as beneficial, though challenges like lack of training and infrastructure persist. It is concluded that DE in MFDFC shows partial alignment with strategic planning and ME/NEC guidelines, with potential for expansion through investments in infrastructure, tutor training, and career course curriculum review, consolidating the hybrid model as a strategic solution for military training.

Keywords: *Distance Education; MFDFC; career courses; training.*

1. INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias educacionais tem revolucionado as práticas de ensino, consolidando o Ensino a Distância (EaD) como uma modalidade indispensável em diversos contextos acadêmicos e profissionais. No Brasil, o EaD cresceu significativamente nas últimas décadas. “Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de EaD, aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%.” (INEP, 2022).

A sociedade brasileira, no geral, espera encontrar no ensino a solução para problemas sociais, políticos e econômicos. Não é difícil encontrar argumentos que associam a educação de qualidade ao desenvolvimento pleno do país. Da mesma forma que se depositam expectativas positivas da participação da educação na melhoria do país, os avanços no CBMDF também estão diretamente condicionados à qualidade dos seus cursos, passando pelo planejamento e gestão do conhecimento. (Oliveira, 2020, p.18)

No âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), a formação e o aperfeiçoamento dos militares sempre estiveram apoiados em processos estruturados de ensino, essenciais para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à Atividade Bombeiro Militar. Contudo, os métodos presenciais tradicionais enfrentam desafios significativos, como a limitada disponibilidade de instrutores, a restrição de espaços físicos e os altos custos operacionais, o que torna evidente a necessidade de integrar o EaD como uma alternativa inovadora e eficaz no Ensino Bombeiro Militar. Este estudo propõe uma análise detalhada do panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF, investigando sua implementação, utilização e perspectivas de expansão no contexto da Corporação.

O trabalho tem como base o seguinte problema: **Qual o panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF?**

A hipótese é que o modelo atual de EaD no CBMDF apresente um alinhamento parcial com o planejamento estratégico da Corporação (PLANES), com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) e com as expectativas dos instrutores, o que revelaria tanto avanços quanto lacunas a serem superadas. Os resultados desta investigação poderão subsidiar medidas de aprimoramento do EaD na Corporação, incluindo a capacitação de

instrutores e a otimização das ferramentas disponíveis, contribuindo para a qualificação profissional e o fortalecimento das práticas pedagógicas.

O objetivo geral desse trabalho consiste, portanto, em **analisar o panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF, avaliando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do MEC e do CNE e a conformidade com planejamento estratégico da Corporação (PLANES)**. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar em que medida o EaD está inserido nos cursos de carreira do CBMDF e qual a percepção dos instrutores acerca dos benefícios da utilização de ferramentas de EaD em suas disciplinas.

b) Pesquisar quais são as diretrizes básicas estabelecidas pelo MEC e pelo CNE para a implementação e o funcionamento do EaD no Brasil.

c) Verificar o nível de interesse institucional (metas do PLANES) e empenho (ações consolidadas) da Corporação na implementação, ampliação e institucionalização das ferramentas de EaD nos cursos de carreira da corporação.

Para compreender esse cenário, a pesquisa empregou uma visão mista, combinando três abordagens metodológicas complementares. Inicialmente, foi realizada uma análise documental de publicações internas do CBMDF dos últimos 15 anos. Em seguida, foram examinados os normativos do MEC e do CNE, que estabelecem as diretrizes para o EaD no Brasil. Por fim, um levantamento por meio de questionários aplicados aos instrutores dos cursos de carreira – Curso de Formação de Praças (CFP), Curso de Formação de Oficiais (CFO) e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) – permitiu captar suas percepções e expectativas acerca dessa modalidade. Essa triangulação metodológica possibilitou uma visão abrangente e a robustez dos resultados.

A escolha desse recorte se justifica pela relevância do EaD como ferramenta de modernização do ensino militar, especialmente em uma instituição como o CBMDF, onde a capacitação contínua é vital para o desempenho das funções operacionais. A combinação de análise documental e pesquisa de campo busca não apenas mapear o estado atual do EaD, mas também identificar lacunas e oportunidades que possam orientar sua evolução no âmbito da corporação. Nesse contexto, o EaD se apresenta como uma solução estratégica para superar as barreiras do ensino tradicional, reduzindo, por exemplo, os afastamentos prolongados tanto de alunos como instrutores de suas funções ordinárias, o que

aumenta a disponibilidade de bombeiros para operações cotidianas, além de ampliar o acesso à formação e propiciar a atualização constante das competências necessárias ao serviço.

A pesquisa se justifica também pela escassez de estudos específicos sobre o EaD em corporações militares, o que confere ao trabalho um potencial significativo de contribuição, tanto para o CBMDF quanto para outras instituições similares. A análise proposta pode servir como base para decisões estratégicas que fortaleçam a infraestrutura educacional da Corporação e elevem a qualidade do ensino oferecido.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Educação e Ensino a distância

Quando se fala processos de aprendizagem é fundamental distinguir Ensino de Educação. Embora os termos sejam frequentemente usados de forma intercambiável, o ensino é o processo estruturado de transmissão de conhecimentos e habilidades, focado em objetivos específicos, como a capacitação técnica nos cursos do CBMDF. Já a educação é mais ampla, abrangendo a formação integral do indivíduo, incluindo valores, ética e desenvolvimento pessoal, influenciada por contextos formais e informais. Enquanto o ensino entrega conteúdo, a educação molda o caráter e a cidadania. Portanto, o ensino quando realizado a distância (EaD) foca na transmissão de conteúdos específicos, utilizando tecnologias de informação e comunicação, o foco é basicamente a entrega de conhecimentos e avaliação de competências. Por outro lado, a educação a distância é um processo muito mais amplo, englobando não apenas a instrução formal, mas também o desenvolvimento integral do aprendiz, incluindo valores, habilidades socioemocionais e formação ética, promovendo uma aprendizagem autônoma, contínua e holística. (Saviani, 2012).

Este estudo, por analisar um recorte específico do Sistema de Ensino Bombeiro Militar (SEBM), concentra seu foco nas ferramentas para transmissão de conhecimentos e habilidades de forma remota, ou seja, no Ensino a Distância. Espera-se que em um futuro próximo a Corporação possa avançar para um modelo amplo de Educação a distância, que seja capaz de promover uma formação abrangente e alinhada aos objetivos institucionais.

2.2. A educação a distância no Brasil

Educação a Distância tem se consolidado como uma ferramenta estratégica no campo educacional, especialmente em contextos que demandam flexibilidade e eficiência.

A Educação a Distância, modalidade de educação efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, onde professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros. (Alves, 2011, p.1)

É consenso que a Educação é o principal meio de desenvolvimento e transformação de uma sociedade. No Brasil são grandes os desafios na área da educação. Muito se discute sobre as políticas voltadas para a educação do país e, principalmente, pela inserção de modelos e ferramentas que estão apresentando eficácia pelo mundo e indicando boas perspectivas para o futuro. (Gomes; Vasques; Silva, 2017, p.54)

Atualmente, a educação pode ser dividida em três modalidades distintas: Presencial – que se refere aos cursos regulares, onde professores e alunos se encontram fisicamente em uma sala de aula, e se caracteriza por ser a abordagem mais tradicional. Semipresencial – que envolve tanto atividades presenciais em uma sala de aula física, quanto atividades virtuais e/ou à distância, facilitadas pelo uso da tecnologia. E a Educação online, também conhecida como modalidade virtual, que pode ou não incluir encontros presenciais (síncronos), ou com professores e alunos separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, se utilizando da tecnologia para se comunicarem. (Moran, 2009, p.1)

Segundo Alves (2011, p.7), Educação a distância teve início, no Brasil, oficialmente em 1904, com a modalidade de cursos por correspondência. Nesses cursos, os materiais didáticos eram enviados pelos Correios, que usavam principalmente as ferrovias para o transporte. Durante duas décadas, essa foi a única modalidade disponível. “Provavelmente, as primeiras experiências em Educação a Distância no Brasil tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX”.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) regulamentou a educação a distância e estabeleceu em seu art. 80 que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Brasil, 1996).

2.3. O EaD e a Pandemia de Covid-19

Segundo Addimando (2022), a emergência da pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2) provocou rápidas e profundas mudanças comportamentais em diversos países: as restrições de liberdades impostas nos primeiros meses de 2020 deslocaram atividades de trabalho, socialização e lazer para o meio digital, o que

acarretou impactos psicológicos na saúde mental, alterou práticas organizacionais e repercutiu na economia global. Além disso, no âmbito profissional, a dependência de tecnologias tornou-se imprescindível para a manutenção de indústrias e do comércio. Na mesma pesquisa, Addimando realiza uma revisão da literatura sobre essa adoção acelerada de ferramentas tecnológicas e examina como ela afeta a relação entre emoção e aprendizagem, com ênfase nos contextos de educação a distância no ensino obrigatório.

Neste contexto, temos assistido ao surgimento das potencialidades de formas híbridas de ensino (presencial e à distância) que têm permitido um novo leque de ações educativas possíveis e, ao mesmo tempo, têm protegido a importância do contacto direto entre professores e alunos, salvaguardando em muitos casos os aspectos emocionais que sustentam a motivação e conseqüentemente a aprendizagem. (Addimando, 2022, Int. J. Environ. Res. Public Health 2022, 19, 16302)

Para Addimando (2022), o EaD é tão eficaz na transmissão e construção de conteúdo quanto o ensino tradicional em sala de aula. Isso ficou claro com a crise gerada pela pandemia de Covid-19, que reacendeu o debate entre acadêmicos e o público geral e notavelmente impôs uma urgência por soluções adequadas à situação do isolamento/distanciamento social. Pela primeira vez na história da educação, a pandemia forçou a criação de novas possibilidades de ensino nunca antes exploradas. A situação de emergência impediu a realização de estudos abrangentes sobre educação a distância. Mas, o resultado dessas mudanças radicais tem se mostrado bastante positivo, com reflexo na autonomia, motivação dos estudantes e aumento demanda, mesmo entre os mais jovens, por modalidades de EaD.

2.4. O EaD nas corporações e no CBMDF

De acordo com Nunes (1994), o EaD constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades, como é o caso dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento das corporações militares.

Souza, Vasques e Silva (2017) citam que uma das principais motivações para as corporações de Segurança Pública desenvolverem projetos de EaD está na necessidade de reduzir a distância entre os centros de formação e os locais onde

estão lotados os seus agentes. Essa distância, além de dificultar o acesso, majora os custos para formação, aperfeiçoamento e capacitação de seu pessoal.

A Portaria nº 29, de 25 de novembro de 2010, (CBMDF, 2010b, art.57) afirma que “Os cursos realizados no CBMDF têm por objetivo habilitar o Bombeiro Militar ao exercício de cargos ou funções inerentes ao seu posto ou graduação para o cumprimento das atividades desenvolvidas na Corporação”.

Essas atribuições, ou uma grande parte delas, poderiam ser alcançadas facilmente com a utilização intensiva do EaD. Rapidamente seria possível alcançar todo o contingente não habilitado nas áreas de conhecimento relacionadas à missão do CBMDF. Mesmo que o custo de implantação seja maior, ainda assim, pode ser uma alternativa viável, considerando a possibilidade de alcance da totalidade do público interno. (Gomes, Vasques e Silva, 2016)

Não existe nada de impeditivo ao EaD no CBMDF, ao contrário disso, a legislação relacionada ao ensino prevê a inclusão dessa modalidade na capacitação dos seus integrantes. Dentre os vários tipos de regimes escolares estabelecidos pela portaria nº 29, de 25 de novembro de 2010, está a atividade não presencial e extracurricular, além do ensino a distância (CBMDF, 2010b).

Segundo Gomes, Vasques e Silva (2017) o EaD ainda é pouco explorado no CBMDF. Essa constatação pode estar associada a ausência de uma legislação específica que normatize e defina as orientações para o SEBM. A ausência de uma diretriz específica gera insegurança para os gestores, dificultando a implementação de projetos educacionais mais modernos, sólidos e duradouros. Além disso, o CBMDF, por ter autonomia para definir suas próprias diretrizes educacionais, tem a oportunidade de implementar um sistema de Educação e Ensino a Distância que se destaque na formação e capacitação de seus membros e, potencialmente, da população civil. Esse modelo poderia expandir o alcance da Corporação, promovendo o conhecimento de maneira prática e acessível a um número muito maior de pessoas.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi delineada para investigar o panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF, avaliando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do MEC e do CNE e a conformidade com o PLANES da Corporação. A seguir, apresentam-se a classificação da pesquisa, os procedimentos metodológicos empregados, o universo e a amostra, bem como os métodos de coleta e análise de dados

3.1. Classificação da Pesquisa

Quanto à finalidade (natureza), a pesquisa possui caráter aplicado, pois busca gerar conhecimento prático que possa subsidiar melhorias no uso do EaD no CBMDF, contribuindo para a formação e o aperfeiçoamento dos militares. Em relação aos objetivos, é classificada como descritiva, uma vez que visa descrever e analisar o panorama atual do EaD nos cursos de carreira da corporação, identificando suas características, limitações e potencialidades. No que tange à abordagem, caracteriza-se como quali-quantitativa – as perguntas fechadas foram tratadas quantitativamente, com cálculo de percentuais, e a pergunta aberta foi analisada qualitativamente por meio de categorização temática. Quanto aos procedimentos metodológicos, adota uma combinação de pesquisa documental e levantamento, permitindo a triangulação de dados a partir de fontes primárias e secundárias coletadas no ambiente real da corporação.

3.2. Procedimentos Metodológicos

A investigação adotou uma abordagem mista, combinando pesquisa documental e levantamento de dados, de modo a garantir uma avaliação abrangente e multidimensional do panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF. A análise documental foi realizada em duas frentes: a primeira concentrou-se em mapear a implementação do EaD nos cursos de carreira da Corporação e avaliar o nível de interesse e empenho institucional nessa tarefa; a segunda buscou identificar as diretrizes do EaD no Brasil, estabelecidas pelo MEC e pelo CNE, e compará-las com as práticas adotadas pelo CBMDF.

Os métodos utilizados neste estudo foram organizados em três etapas. Na primeira etapa, foi conduzida uma análise documental nas publicações oficiais da Corporação referentes ao período de 2010 a 2025, totalizando 15 anos. O universo desta etapa abrangeu todos os documentos relacionados à implementação, utilização ou ampliação do EaD nos cursos de carreira, incluindo boletins gerais, portarias, planos de cursos, PLANES da Corporação e outros registros emitidos pela Diretoria de Ensino (DIREN) e pelos estabelecimentos de ensino da corporação, como o Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina (CEPED), Academia de Bombeiro Militar (ABM) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP). A análise, de natureza qualitativa, baseou-se na identificação de padrões, ações concretas e menções ao EaD.

Na segunda etapa, foi realizada uma análise documental de normativos, portarias e resoluções específicas do MEC e do CNE, publicados até abril de 2025, para incluir as diretrizes mais recentes disponíveis no período da pesquisa. O universo abrangeu todos os documentos oficiais disponíveis nos sítios eletrônicos do MEC e do CNE relacionados ao EaD. A amostra incluiu os textos mais relevantes, como a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), o Decreto nº 9.057/2017 (regulamentação do EaD), a Portaria Normativa MEC nº 11/2017 (complemento a regulamentação do EaD), a Resolução CNE/CES nº 1/2018 (estabelece diretrizes curriculares nacionais para o EaD) e outras normas pertinentes ao contexto educacional militar. A análise focou na comparação entre essas diretrizes e as práticas observadas no CBMDF, utilizando uma abordagem interpretativa.

Por fim, na terceira etapa, para captar a percepção dos instrutores sobre os benefícios e desafios do EaD, foi aplicado um questionário estruturado aos instrutores do Curso de Formação de Praças (CFP), Curso de Formação de Oficiais (CFO) e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). O universo desta etapa incluiu os instrutores ativos desses cursos no período de coleta entre março e abril de 2025, estimados em cerca de 266 profissionais, conforme publicações do corpo docente de cada um desses cursos nos Boletins Gerais da Corporação entre 2024 e 2025. A amostra foi obtida por acessibilidade, abrangendo os instrutores disponíveis e dispostos a participar, e alcançou 197 instrutores, representando 74% do universo.

3.3. Coerência com objetivos e hipótese

Os procedimentos metodológicos foram desenhados para responder ao problema “Qual o panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF?” e testar a hipótese de que o modelo atual apresenta alinhamento parcial com o PLANES da Corporação, as diretrizes do MEC e do CNE e as expectativas dos instrutores. A pesquisa documental no CBMDF atende ao objetivo específico “c” (interesse e empenho institucional) e parte do objetivo “a” (inserção do EaD). O levantamento com instrutores suporta o objetivo “a” (percepção dos instrutores), enquanto a análise das diretrizes do MEC e do CNE responde ao objetivo “b”. Essa triangulação assegura uma visão multidimensional, essencial ao objetivo geral.

3.4. Instrumento de Pesquisar

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário estruturado (Apêndice A), composto por dez perguntas, sendo nove de natureza fechada e uma de natureza aberta. O questionário foi aplicado via Google Forms aos instrutores ativos do CFP, CFO e CAO.

As perguntas fechadas foram divididas em dois formatos: escalas de Likert e opções de múltipla escolha. Três perguntas utilizaram uma escala de Likert de 1 a 5, com respostas que variavam de "discordo totalmente" a "concordo totalmente" ou de "nada estimulado" a "extremamente estimulado", dependendo do tema. Essas perguntas abordaram: (1) a avaliação geral da inclusão do EaD nos cursos de carreira da corporação; (2) a percepção sobre a utilidade de ferramentas de EaD nas disciplinas ministradas; e (3) o nível de estímulo recebido dos superiores para utilizar ferramentas de EaD. Duas perguntas de múltipla escolha investigaram: (1) o tipo de disciplina ministrada pelo instrutor (teórica, prática ou ambas); e (2) se o instrutor já havia utilizado ferramentas de EaD no processo de ensino (sim ou não). Por fim, a última pergunta, de natureza aberta, solicitou comentários e sugestões sobre a pesquisa e a utilização do EaD nos cursos de carreira, permitindo que os instrutores compartilhassem opiniões detalhadas e recomendações para o aprimoramento da modalidade na corporação.

3.5. Replicabilidade

Para garantir a repetição do estudo, os seguintes elementos foram definidos: (1) o período de análise documental (2010-2025); (2) as fontes específicas (boletins, portarias, PLANES da Corporação, normativos do MEC e do CNE); (3) o perfil da amostra de instrutores (ativos nos cursos CFP, CFO e CAO em 2025); e (4) o tipo de instrumento (questionário com perguntas abertas e fechadas). Os documentos estão disponíveis no banco de dados do sistema de publicações e nos portais do MEC e do CNE, enquanto o questionário pode ser reaplicado com ajustes contextuais.

3.6. Limitações da pesquisa

Embora este estudo tenha alcançado seus objetivos e oferecido uma análise abrangente do panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF, algumas limitações devem ser consideradas. Primeiramente, a amostra de instrutores, composta por 197 participantes dos cursos CFP, CFO e CAO, pode não ser totalmente representativa do universo total de instrutores da corporação. Mesmo sabendo que muitos instrutores atuam em mais de um curso de carreira da corporação, não foram incluídos os instrutores de cursos como Curso de Aperfeiçoamento de Praças (CAP), Curso de Altos Estudos para Praças (CAEP), Curso Preparatório de Oficiais (CPO), e o Curso de Altos Estudos para Oficiais (CAEO). Além disso, a ausência de um banco de dados específico no para esses instrutores dificultou a identificação precisa do universo total e a seleção de uma amostra mais representativa.

Outra limitação refere-se à análise documental interna, que abrangeu 3.902 publicações do CBMDF entre 2010 e 2025, das quais apenas 43 foram consideradas relevantes. Por fim, a pesquisa focou exclusivamente na percepção dos instrutores, não incluindo a visão dos alunos, coordenadores e chefes das seções de ensino, o que limita a compreensão do impacto do EaD na experiência de aprendizagem. Essas limitações sugerem cautela na generalização dos resultados e destacam a necessidade de estudos futuros que abordem essas lacunas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Pesquisa nos documentos internos do CBMDF

Dos 3.902 documentos internos analisados, apenas 43 (1,1%) tratam de assuntos relacionados ou que influenciam diretamente o EaD nos cursos de carreira do CBMDF por conterem itens de caráter normativo e/ou estratégico, indicando que o tema ainda é pouco explorado no universo documental da corporação.

A cadeia de eventos que iniciou e consolidou a inserção do EaD no CBMDF ocorreu de forma gradativa e pode ser dividida em três fases distintas: inicial (2010-2014), de implementação (2015-2019) e de adaptação (2020-2025).

Primeira fase de inserção de novas tecnologias no SEBM foi marcada por iniciativas preliminares que demonstraram interesse institucional na modernização do Ensino na Corporação. A criação do Conselho de Ensino do CBMDF (CONSECBM) em 2010, por meio da Portaria nº 12, foi o marco inicial, pois o órgão tinha como um de suas competências a aprovação de inovações educacionais, incluindo o EaD. A Política de Ensino e a Diretriz Geral do SEBM, também de 2010, introduziram formalmente o EaD como possibilidade, enquanto o Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino (RPCEE/2010) permitiu atividades a distância, possibilitando que os alunos conciliassem estudo e serviço.

Em 2011, o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF/2011) marcou a segunda fase destinando R\$ 550 mil para a implantação do EaD e a realização do primeiro CAEP na modalidade a distância. O Curso de Didática de Ensino Militar (CDEM), realizado no mesmo ano, incluiu a disciplina “Introdução às Novas Tecnologias Educacionais”, capacitando 30 militares. Contudo, a Norma Geral de Avaliação e Medidas da Aprendizagem (NGAMA/2012) apontou a necessidade de uma norma específica para avaliação de cursos exclusivamente EaD, que nunca foi editada, evidenciando uma lacuna na regulamentação. Em 2014, o Plano Geral de Cursos e Previsão de Vagas (PGC-PV/2015) previu a capacitação de 6 militares em produção de material didático para EaD, mas sem aplicação direta nos cursos de carreira. Essa fase reflete um interesse inicial, mas com ações práticas limitadas e falta de regulamentação específica.

Em 2015, iniciou-se uma nova fase, quando o EaD começou a ser efetivamente implementado, impulsionado pelo Plano de Comando 2015-2018, que

estabeleceu metas ambiciosas, como realizar parte dos cursos de carreira a distância, viabilizar uma plataforma experimental de EaD e criar uma Universidade Corporativa. O Plano de Atividades e Metas da Diretoria de Ensino (DIREN) de 2015 reforçou a necessidade de revisar o RPCEE/2010 e implantar o EaD com a rede Moodle, culminando na realização do primeiro curso híbrido: o CAEP/2015, com 380 horas/aula (9 semanas a distância e 6 presenciais). O Projeto Produção de Videoaulas (2015) e o novo RPCEE/2016 formalizaram as modalidades presencial, a distância e híbrida, permitindo que alunos em EaD cumprissem atividades funcionais em suas unidades. Em 2017, o novo Projeto Pedagógico do CAEP consolidou-o como curso híbrido, e em 2018, a Norma Escolar do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (NE/CEFAP) detalhou avaliações para as modalidades semipresencial e a distância. O *Workshop* “Novas Tecnologias Educacionais” (2018) também contribuiu para a capacitação de instrutores. Essa fase demonstra um avanço significativo, com o CAEP se tornando um modelo de sucesso, mas a implementação foi desigual, pois outros cursos de carreira, não receberam a mesma atenção.

Em 2020, um grande impacto no SEBM deu início à terceira fase, quando a pandemia de Covid-19 acelerou a implementação do EaD, forçando a migração temporária de 100% das disciplinas teóricas de cursos como CFP e CFO para a modalidade a distância. Esse período foi crucial para avaliar a capacidade do CBMDF de operar em EaD, com a consolidação do modelo híbrido em cursos como o CAEP e o Curso Preparatório de Oficiais (CPO) em 2021 e 2022. O RPCEE/2024 e a NGAMA/2024 formalizaram a estrutura do EaD, regulamentando a organização curricular e a interação entre modalidades, além de permitir que a avaliação no EaD fosse feita tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) quanto presencialmente. Apesar desses avanços, a modernização foi limitada ao CAEP, enquanto cursos como CFP, CAP, CPO, CFO, CAO e CAEO não passaram por reformulações significativas, evidenciando uma implementação desigual.

O Plano de Comando 2015-2018 e o PLANES da Corporação demonstram um claro empenho institucional na adoção do EaD, com metas específicas para sua implementação. No entanto, a ausência de uma norma específica para avaliação do EaD, prevista desde a NGAMA/2012, e a falta de reformulação em cursos além do CAEP indicam um alinhamento apenas parcial com o PLANES da Corporação. A infraestrutura para EaD avançou, especialmente com a adoção do Moodle e a

criação de videoaulas, mas a desigualdade na aplicação entre os cursos de carreira reflete lacunas na institucionalização.

É possível notar que o EaD e sua infraestrutura avançaram, especialmente com a adoção da plataforma Moodle, a criação de conteúdos digitais e videoaulas. Esses avanços trouxeram muitos benefícios como a redução de custos logísticos (especialmente para militares de unidades afastadas), a diminuição da necessidade de infraestrutura física, a maior disponibilidade de instrutores e a possibilidade de os militares conciliarem ensino e serviço, como previsto no RPCEE/2016 e RPCEE/2024. Contudo, desafios persistem, incluindo a falta de uniformidade na implementação, a ausência de normas específicas para avaliação e a necessidade de mais investimentos em infraestrutura (ex.: estúdios de gravação, ferramentas de edição) e capacitação de tutores para produção de conteúdos interativos.

4.2. Pesquisa nos documentos oficiais do MEC e CNE

A criação e oferta de cursos na modalidade EaD requer a observância de uma série de diretrizes e normativas, especialmente no que tange à infraestrutura, ao corpo docente, ao material didático e aos processos de avaliação e suporte ao aluno. A pesquisa documental analisou os normativos desses órgãos para identificar as diretrizes impostas a esse modelo e compará-las com as práticas adotadas pelo CBMDF. Ressalta-se que os normativos do MEC e do CNE abordam o assunto de forma ampla, se referindo ao tema como “Educação a Distância”, já no contexto do CBMDF, o assunto é trabalhado de forma mais restrita, com o foco apenas no ensino, ou seja, na transmissão de conhecimentos e habilidades aos militares.

No Brasil, a Educação a Distância é regida por uma base regulatória sólida, fundamentada na LDB, que determina que os cursos a distância devem seguir as mesmas diretrizes do ensino presencial, garantindo a qualidade educacional. O Decreto nº 9.057/2017 e a Portaria Normativa MEC nº 11/2017 complementam essa base, definindo requisitos específicos para o credenciamento, autorização e o funcionamento de cursos superiores a distância. Já a Resolução CNE/CES nº 1/2018 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância em nível de pós-graduação, destacando os critérios essenciais para sua implementação.

Uma instituição que ofereça cursos a distância deve contar com um corpo docente qualificado, composto por instrutores com formação superior e capacitação compatível, sendo preferível que tenham mestrado ou doutorado. No CBMDF, a maioria dos instrutores possui formação superior e as qualificações adequadas são obtidas nos cursos internos da Corporação e somadas a ampla experiência prática da atividade bombeiro militar. No entanto, o questionário revelou que uma grande parcela deles nunca participou de treinamentos específicos para o EaD, evidenciando uma lacuna significativa na capacitação formal exigida pelas diretrizes educacionais.

A infraestrutura é um dos aspectos mais importantes elencados pela norma, exigindo um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) funcional, acessível e com suporte técnico e pedagógico contínuo. O CBMDF utiliza a plataforma Moodle, mas os *feedbacks* dos instrutores apontam limitações, como materiais didáticos rudimentares, incluindo vídeos mal gravados e com problemas de som, além da ausência de estúdios adequados para gravação. Essas deficiências sugerem que a infraestrutura atual não atende plenamente aos padrões estabelecidos pelo MEC e pelo CNE.

Quanto ao material didático, as diretrizes determinam que ele deve estar alinhado ao projeto pedagógico dos cursos, ser acessível e apresentado em formatos diversos. No CBMDF, a produção de videoaulas teve início em 2015, mas o levantamento com os instrutores indicou que esses materiais, em sua maioria, têm baixa qualidade e carecem de interatividade, comprometendo a conformidade com esse requisito. Essa limitação impacta diretamente a experiência de aprendizagem e a eficácia dos cursos oferecidos.

No que tange à avaliação e ao suporte ao aluno, as diretrizes exigem métodos claros, com avaliações formativas e somativas, além da disponibilidade de tutores. A NGAMA/2024 do CBMDF permite avaliações no AVA ou presenciais, mas a ausência de uma norma específica para o EaD, dificulta a padronização desses processos. Além disso, os questionários aplicados destacam a falta de tutores dedicados para as turmas à distância, revelando uma lacuna significativa no suporte oferecido aos alunos e instrutores.

A segurança da informação é outro ponto importante apresentado pela norma. No entanto, não foram encontradas menções específicas a medidas de segurança

da informação para os SEBM, o que pode ser um ponto de não conformidade com os normativos.

Em termos de alinhamento com as diretrizes do MEC e do CNE, o CBMDF demonstra um cumprimento parcial. A formalização do EaD por meio do RPCEE/2024 e da NGAMA/2024 representa um avanço importante. Contudo, a falta de capacitação adequada dos instrutores, as limitações na infraestrutura, a ausência de normas específicas para avaliação e a insuficiência no suporte ao aluno indicam que o CBMDF ainda não atende integralmente os padrões exigidos. Para alcançar a excelência prevista nas diretrizes, são necessários investimentos em treinamento, melhoria da infraestrutura e fortalecimento do suporte pedagógico.

4.3. Questionário aplicado aos instrutores

O questionário foi aplicado via Google Forms a 197 instrutores dos cursos CFP, CFO e CAO entre março e abril de 2025. Os dados foram analisados quantitativamente para as perguntas de escala e qualitativamente para os comentários, utilizando categorização temática.

O levantamento revelou um perfil predominantemente masculino entre os instrutores, com 168 homens (85,2%) e apenas 29 mulheres (14,8%).

Tabela 1 – Tamanho e perfil por sexo da amostra

Sexo	Instrutores	Percentual (%)
Masculino	168	85,2%
Feminino	29	14,8%
Total	197	100,00%

Fonte: O autor.

A baixa representatividade feminina pode refletir a composição histórica do meio militar, onde as mulheres ainda são minoria. Essa análise sugere a implementação de políticas que incentivem a capacitação e a participação de mulheres como instrutoras.

A distribuição etária dos instrutores revela uma predominância entre 31 e 40 anos, essa faixa soma 115 militares, que juntos representam 58,4% da amostra. Já as faixas etárias extremas apresentam menor representatividade: a de 25 a 30 anos conta com apenas 6 instrutores (3%), possivelmente devido ao ingresso na

corporação em idades mais avançadas, como observado no último concurso ocorrido em 2017. A faixa de 51 anos ou mais, com 16 instrutores (8,1%), também é reduzida, o que pode indicar uma transição de profissionais mais velhos para outras funções ou aposentadoria, influenciada pela rotina exigente da atividade de instrutor.

Gráfico 1 – Perfil por idade da amostra

Fonte: O autor.

Em relação aos postos e graduações, o levantamento aponta uma predominância de sargentos, que totalizam 101 militares (51,3%). Essa distribuição reflete a estrutura hierárquica típica do meio militar, onde sargentos, por sua experiência e posição intermediária, frequentemente assumem os papéis de instrução.

Gráfico 2 – Distribuição da amostra por postos e graduações

Fonte: O autor.

Por outro lado, postos e graduações mais altos são menos representativos na amostra. Entre os oficiais, coronéis e tenentes-coronéis representam apenas 7,6% dos instrutores, entre as praças, o grupo dos subtenentes soma 8,6% da amostra. Esses dados apresentam uma estrutura hierárquica típica do meio militar, onde as funções de instrutoria são ocupadas, em sua maioria, por postos e graduações intermediários.

Tabela 2 – Distribuição da amostra por postos e graduações

Posto / Graduação	Instrutores	Percentual (%)
Coronel	2	1,0%
Tenente Coronel	13	6,6%
Major	7	3,6%
Capitão	26	13,2%
1º Tenente	19	9,6%
2º Tenente	11	5,6%
Subtenente	17	8,6%
1º Sargento	23	11,7%
2º Sargento	55	27,9%
3º Sargento	23	11,7%
Cabo	1	0,5%
Total	197	100,0%

Fonte: O autor.

Dos instrutores analisados, 157 (79,7%) atuam em disciplinas teóricas e práticas. Ressalta-se que a maioria das disciplinas dos cursos de carreira integram teoria e prática operacional. Apenas 15 instrutores (7,6%) lecionam exclusivamente disciplinas práticas, enquanto 25 (12,7%) atuam em disciplinas teóricas.

Gráfico 3 – Perfil da amostra

Fonte: O autor.

O levantamento mostrou que a Inclusão do EaD nos cursos de carreira é amplamente bem recebida e foi vista como benéfica por 91,4% dos instrutores (44,7% concordam parcialmente e 46,7% totalmente), indicando uma aceitação bastante significativa. Esse nível de aceitação indica baixa resistência ao modelo, já que apenas 7,6% discordaram parcialmente e nenhum instrutor manifestou discordância total, embora algumas ressalvas tenham sido apontadas.

Gráfico 4 – Opinião sobre a inclusão do EaD no SEBM

Fonte: O Autor

Em relação ao impacto das ferramentas de EaD em suas disciplinas, 86,3% dos instrutores avaliaram sua contribuição como positiva, com 60,9% concordando parcialmente e 25,4% totalmente, especialmente nas disciplinas teóricas. No entanto, 6,6% discordaram parcialmente e 2% totalmente, destacando limitações do EaD especialmente em disciplinas práticas e operacionais.

Tabela 3 – Opinião sobre o uso de Ferramentas EaD em suas Disciplinas

Opinião sobre o impacto das ferramentas de EaD em suas disciplinas	Instrutores	Percentual (%)
Concordo totalmente: Sou totalmente a favor da utilização do máximo de ferramentas de EaD nas disciplinas que ministrei	50	25,4%
Concordo parcialmente: Acredito que a utilização de ferramentas de EaD pode ser benéfica para o aprendizado	120	60,9%
Discordo parcialmente: Acredito que a utilização de ferramentas EaD nas disciplinas que ministro não seja tão benéfica quanto se imagina	13	6,6%
Discordo totalmente: Não acredito que a inclusão de ferramentas EaD seja benéfica nas disciplinas que ministro	4	2,0%
Neutro: Não tenho uma opinião clara acerca da utilização de ferramentas de EaD nas disciplinas em que ministrei	10	5,1%
Total	197	100,00%

Fonte: O Autor

Sobre a utilização de ferramentas de EaD pelos instrutores, o estudo apontou que muitos instrutores já utilizam ferramentas de EaD em suas instruções. Entre as ferramentas mais utilizadas, o Moodle se destacou, sendo adotado por 69% dos instrutores, seguido por videoaulas (52,3%), Google Meet (38,6%) e Zoom (24,4%). Apesar desses números expressivos, 21,8% dos instrutores nunca fizeram uso de ferramentas EaD, o que pode indicar falta de treinamento ou incentivo institucional.

Gráfico 5 – Ferramentas de EaD usadas pelos instrutores

Fonte: O Autor

Com relação ao incentivo institucional, o Gráfico 6 mostra que 77 instrutores (39,1%) relataram ter recebido pouco ou nenhum estímulo para incorporar o EaD em suas instruções, 92 instrutores (46,7%) disseram ter recebido um estímulo moderado. Apenas 28 instrutores (14,2%) se sentiram muito ou extremamente estimulados.

Gráfico 6 – Estímulo recebido da instituição

Fonte: O Autor

A análise do estímulo recebido pelos instrutores apontam para a necessidade de se fortalecer as políticas de incentivo a utilização do EaD, com foco em capacitação, suporte contínuo e comunicação mais eficaz, para promover uma adoção mais ampla e eficiente dessas ferramentas.

Quanto à capacitação recebida para atuar com ferramentas de EaD, a Tabela 4 mostra que apenas 56,3% dos instrutores já participaram de algum evento, curso ou treinamentos sobre EaD, como o *Workshop* de valorização do Instrutor realizado em 2024. Contudo, 43,7% afirmam nunca ter recebido qualquer tipo de formação, o que reforça os comentários qualitativos do questionário que apontam a falta de treinamento como um dos principais desafios.

Tabela 4 – Participação em eventos e treinamentos sobre EaD

Participação em treinamentos	Instrutores	Percentual (%)
Sim	111	56,3%
Não	86	43,7%
Total	197	100,00%

Fonte: O autor.

Dos 197 instrutores entrevistados, 50 ofereceram comentários adicionais que enriqueceram a análise sobre a implementação do EaD nos cursos de carreira da corporação. Esses comentários foram agrupados por temas, fornecendo uma visão mais aprofundada das percepções e desafios enfrentados.

Os instrutores destacaram o EaD como uma ferramenta poderosa para otimizar o ensino e ampliar o acesso ao conhecimento. Comentários como “*muitas matérias permitem que a parte teórica seja ministrada por meio do EaD*” reforçam a percepção de que a modalidade é ideal para conteúdos teóricos, liberando mais tempo para atividades práticas presenciais. “*Um exemplo concreto é o curso CONAT que possui uma semana de EaD e 2 semanas presenciais. Nesta semana EaD o aluno tem contato com todo o conteúdo do curso e já realiza várias atividades antes da fase presencial. Isso facilita muito para os instrutores na fase presencial e para o objetivo final*”. Além disso, o EaD é valorizado por sua capacidade de uniformizar o aprendizado, como apontado em: “*O Ensino a Distância serve como um grande aliado na gestão e padronização do conhecimento, em especial com o uso de aulas gravadas*”. Esses pontos evidenciam o potencial do EaD quando bem estruturado.

Apesar dos benefícios, os desafios são significativos. A qualidade do material é um problema recorrente, exemplificado por “*atualmente os alunos recebem aulas mal planejadas e de confecção rudimentar*”. Há também barreiras estruturais e culturais que dificultam a implementação eficaz do EaD, como a falta de preparo para produzir conteúdo em prazos apertados e a ausência de suporte adequado, o que será detalhado no próximo tópico. Outro ponto crítico é a dificuldade em garantir o engajamento dos alunos, o que exige soluções específicas de controle e avaliação.

A necessidade de capacitação e infraestrutura foi o mais enfatizado nos comentários, refletindo uma lacuna crítica no CBMDF. A falta de infraestrutura é clara em relatos como “*falta infraestrutura [...] seria interessante para o Ensino Bombeiro Militar a aquisição de um ambiente de gravação*”. A capacitação dos instrutores também é insuficiente: “*o CBMDF investe muito pouco na capacitação continuada dos instrutores, especialmente no EaD. Muitas vezes decide-se com um mês de antecedência que determinada matéria será EaD e simplesmente determinam que o instrutor produza material à suas expensas*”. Outro comentário reforça: “*acho que falta um treinamento mais apropriado dos instrutores para o uso efetivo*”. Iniciativas como o *Workshop* de Valorização do Instrutor (2024), promovido

pela DIREN, foram bem recebidas — *“abrangeu bastante a inclusão do digital no processo de ensino-aprendizagem, inclusive com diversas oficinas ensinando a utilizar determinadas ferramentas”* —, mas são vistas como insuficientes. Um instrutor sugere maior divulgação: *“poderiam informar aos instrutores que existe um curso de Moodle no EaD da corporação”*. Esses pontos mostram a urgência de investimentos em treinamento e ambientes adequados para produção de conteúdo.

Por fim os instrutores propõem soluções práticas para aprimorar o EaD. A criação de infraestrutura, como *“um ambiente de gravação”*, e a oferta de *“cursos para os instrutores de como funciona o EaD (monitor, tutor, orientador e gerenciador)”* são amplamente recomendadas. Comentários relacionados à infraestrutura, à qualidade dos materiais e/ou a falta de treinamento, foram citados em mais da metade dos questionários. Há também um apelo por *“motivação para continuidade na docência e na implantação do EaD/CBMDF”*. Quanto à avaliação, muitos sugerem *“mecanismos robustos de avaliação e obrigação de estudo por parte do aluno”* e *“mecanismos para controle de frequência nas atividades”*, destacando que *“os fóruns são enriquecedores nesse aspecto e permitem discussões valiosas”*. Outro comentário reforça: *“qualquer disciplina pode ser lecionada neste modelo, desde que validada posteriormente por meio de avaliações e tarefas práticas”*. Um modelo híbrido é defendido, com a ressalva de que *“atividades específicas, que exigem acompanhamento individualizado, trocas em tempo real ou desenvolvimento de habilidades práticas, podem demandar abordagens complementares presenciais ou síncronas”*. Por fim, apontam que *“a utilização de plataformas para o ensino no módulo EaD pode ser melhor aproveitada”*, sugerindo melhorias no uso de ferramentas como o Moodle.

Os comentários reforçam a aceitação do EaD como uma modalidade promissora no CBMDF, especialmente para gestão do conhecimento e ensino teórico, mas destacam barreiras significativas, como a falta de infraestrutura e capacitação. As sugestões de melhoria, incluindo treinamentos, estúdios de gravação e mecanismos de controle, apontam um caminho claro para maximizar os benefícios do EaD.

4.4. Síntese e Discussão Geral

A análise integrada dos dados provenientes da pesquisa documental interna, da pesquisa documental externa e do questionário revela que o EaD nos cursos de carreira do CBMDF aponta para uma inserção lenta e desigual. Os avanços mais expressivos se concentram no CAEP, enquanto outros cursos de carreira ainda apresentam modernização limitada. A pesquisa documental interna mostrou que o PLANES da Corporação, especialmente o Plano de Comando 2015-2018, estabeleceu metas ambiciosas para o EaD. No entanto, a ausência de normas específicas — como uma diretriz para avaliação do EaD prevista desde 2012 — e a infraestrutura inadequada comprometeram a implementação. A pandemia de Covid-19 forçou uma expansão temporária da modalidade, mas expôs fragilidades estruturais que ainda persistem.

No que diz respeito às diretrizes do MEC e do CNE, o CBMDF demonstra conformidade parcial. A formalização do EaD pelo RPCEE/2024 e pela NGAMA/2024 representa um progresso. Contudo, a corporação não cumpre plenamente os requisitos de corpo docente qualificado, infraestrutura adequada e suporte ao aluno. Por exemplo, 43,7% dos instrutores não receberam capacitação específica para atuar no EaD, e há ausência de tutores dedicados, conforme destacado nos *feedbacks* qualitativos do questionário. Esses relatos também apontam para a baixa qualidade dos materiais didáticos e uma resistência cultural à modalidade como barreiras adicionais.

Apesar desses desafios, o EaD é amplamente reconhecido como promissor: 91,4% dos instrutores o consideram benéfico, especialmente para conteúdos teóricos, e defendem a adoção de um modelo híbrido que combine teoria a distância e prática presencial. Essa alta aceitação, porém, vem acompanhada de ressalvas sobre a falta de treinamento e as limitações de infraestrutura, questões que se alinham às lacunas identificadas nos documentos analisados. Assim, os principais pontos críticos — capacitação insuficiente e infraestrutura deficiente — emergem de forma consistente em todas as fontes de dados.

Para consolidar o EaD como uma solução estratégica nos cursos de carreira do CBMDF, é imprescindível investir em capacitação contínua para instrutores, aprimorar a infraestrutura (com a criação de estúdios de gravação) e revisar os currículos para assegurar uma aplicação uniforme e eficaz da modalidade. O modelo

híbrido surge como uma oportunidade viável para equilibrar as demandas teóricas e práticas, desde que acompanhado de suporte pedagógico adequado.

4.5. Perspectivas Futuras

O fortalecimento do EaD no CBMDF abre caminho para um futuro promissor, no qual a modalidade pode se consolidar como um instrumento estratégico de formação e disseminação de conhecimento. Com uma estrutura bem planejada e a produção de conteúdo profissionalizada — incluindo materiais didáticos de alta qualidade, como videoaulas interativas e simulações imersivas —, o CBMDF tem o potencial de atender de forma eficiente às demandas de capacitação de seus militares, especialmente em disciplinas teóricas, enquanto reserva atividades práticas presenciais para o desenvolvimento de habilidades operacionais. Adotando tendências globais de ponta no EaD, como o uso de tecnologias que personalizam o aprendizado e promovem engajamento, a corporação pode superar os desafios atuais, modernizando o SEBM e evoluindo para oferecer uma educação ampla e inovadora.

Seguindo o caminho da modernização e avançando desenvolvimento de sua Instituição de Ensino Superior, o CBMDF poderá se posicionar como referência em pesquisas e produção de conhecimentos. Essa perspectiva amplia as possibilidades do EaD, permitindo a oferta de cursos abertos à comunidade, como programas de prevenção de desastres e primeiros socorros, e consolidando a corporação como uma Instituição de excelência em educação. As possibilidades são grandiosas, desde que o CBMDF invista em um modelo híbrido robusto, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, e priorize a capacitação contínua de seus instrutores para garantir a qualidade e a eficácia do ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF, considerando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do MEC e do CNE, e o PLANES da Corporação. A pesquisa alcançou plenamente os objetivos específicos propostos: identificou uma inserção lenta e desigual do EaD, com avanços significativos no CAEP, mas modernização limitada em outros cursos; revelou uma aceitação expressiva dos instrutores (91,4% veem o EaD como benéfico), embora com ressalvas sobre capacitação e infraestrutura; mapeou as diretrizes do MEC e do CNE, constatando conformidade parcial CBMDF; e verificou um empenho estratégico claro no Plano de Comando 2015-2018, mas com lacunas na execução, como a ausência de normas específicas para avaliação. Assim, o objetivo geral foi plenamente atingido, confirmando a hipótese de que o modelo atual de EaD no CBMDF apresenta alinhamento parcial com o PLANES da Corporação, as diretrizes do MEC e do CNE e as expectativas dos instrutores, evidenciando avanços e desafios a serem superados.

Diante dos resultados, recomenda-se que o CBMDF invista em capacitação contínua para instrutores, com treinamentos específicos em EaD, e na criação de infraestrutura adequada, como estúdios de gravação para produção de materiais didáticos de qualidade. A adoção de um modelo híbrido, com teoria a distância e prática presencial, deve ser priorizada, acompanhada de tutores dedicados e mecanismos robustos de avaliação, como fóruns e validações presenciais. Para pesquisas futuras, sugere-se investigar o impacto do EaD na performance operacional dos militares, explorar a percepção dos alunos sobre a modalidade e avaliar a viabilidade de tecnologias emergentes, como realidade virtual e inteligência artificial, na formação bombeiro militar. Esses passos podem consolidar o EaD como uma ferramenta estratégica, ampliando o alcance e a qualidade do ensino no CBMDF e contribuindo para sua missão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Dispõe sobre os procedimentos para a oferta de educação a distância na educação superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66421-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de cursos e programas de educação a distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/87381-resolucao-cne-ces-n-1-2018-pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 abr. 2024.

OLIVEIRA, Nilsa Antonia de. Curso de Altos Estudos para Praças Bombeiro Militar: um estudo sobre o processo de ensino-aprendizagem. 2020. Monografia (Curso de Altos Estudos para Oficiais) – CBMDF, DF, 2020.

Addimando, L. Distance. Learning in Pandemic Age: Lessons from a (No Longer) Emergency. Int. J. Environ. Res. Public Health 2022, 19, 16302. <https://doi.org/10.3390/ijerph192316302>

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

ALVES, José Roberto Moreira. **A História da EAD no Brasil**. In LITTO, Fredric & FORMIGA, Marcos (Org.). Educação à distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

MORAN, José Manuel. **Educação a distância: uma nova concepção de aprendizagem e interação**. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

SOUZA, Edmilson Silva; VASQUES, Letícia Veiga; SILVA, Sheldon William. **A Gestão da Educação a Distância no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. EaD em Foco, v. 7, n. 2, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico- 2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

FERRARI, Alberto; RUSSO, Marco. **Introducing Microsoft Power BI**. Microsoft Press, 2016.

LONG, H. B.; KNOWLES, M. Self-directed learning: A guide for learners and teachers. **Guideposts to self-directed learning**, p. 36-47, 1992.

PALLOFF, Rena M. et al. **Construindo comunidade de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line**. Artmed, 2002.

ALAVI, Maryam; LEIDNER, Dorothy E. Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. **MIS quarterly**, p. 107-136, 2001

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. Cortez editora, 2014.

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Artmed Editora, 2009.

AGUIAR, Eliane Vigneron Barreto; FLÔRES, Maria Lucia Pozzatti. Objetos de aprendizagem: conceitos básicos. **Objetos de aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, p. 12-28, 2014.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**. Summus Editorial, 2015.

NUNES, Ivone Barros. **Noções de Educação à distância**: Revista educação à distância. Porto Alegre, INED, n. 4-5, 1994.

CBMDF. **Manual básico de combate a incêndio: comportamento do fogo**. 2ª edição. Brasília: CBMDF, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/handle/123456789/335>

CBMDF. **Missão, visão e valores do Corpo de Bombeiros**. Brasília, 2012b. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/institucional/2012-11-13-16-50-03>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CBMDF. **Portaria nº 12, de 12 de abril de 2010**. Aprova e dispõe sobre a criação e composição do Conselho de Ensino do CBMDF (CONSECBM). Boletim Geral nº 72, de 19 de abr. de 2010. Brasília, 2010.

CBMDF. **Portaria nº 27, de 24 de setembro de 2010.** Regulamenta a concessão dos afastamentos temporários do serviço, previstos no Estatuto dos Bombeiros Militares do CBMDF e legislações afins. Boletim Geral nº 179, de 17 de set. de 2010. Brasília, 2010.

CBMDF. **Portaria nº 28, de 20 de outubro de 2010.** Aprova a Política de Ensino e a Diretriz Geral do Sistema de Ensino Bombeiro Militar (SEBM). Boletim Geral nº 195, de 21 de out. de 2010. Brasília, 2010.

CBMDF. **Portaria nº 29, de 25 de novembro de 2010.** Aprova o Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino (RPCEE/2010). Boletim Geral nº 218, de 26 de nov. de 2010. Brasília, 2010.

CBMDF. **Aprovação de propostas das Comissões do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF/2011).** Boletim Geral nº 074, de 18 de abr. de 2011. Brasília, 2011.

CBMDF. **Portarias nº 49 e 50, de 5 de julho de 2011.** Criação dos Cursos de Altos Estudos para Praças Bombeiro Militar (CAEP/BM) e Formação de Praças Bombeiro Militar (CFP/BM). Boletim Geral nº 127, de 6 de jul. de 2011. Brasília, 2011.

CBMDF. **Plano de Ensino do Curso de Didática de Ensino Militar (CDEM).** Boletim Geral nº 177, de 19 de set. de 2011. Brasília, 2011.

CBMDF. **Norma Geral de Avaliação e Medidas da Aprendizagem (NGAMA/2012).** Boletim Geral nº 159, de 23 de ago. de 2012. Brasília, 2012.

CBMDF. **Plano Geral de Cursos e Previsão de Vagas para o ano de 2015 (PGC-PV/2015).** Boletim Geral nº 225, de 3 de dez. de 2014. Brasília, 2014.

CBMDF. **Plano de Comando 2015-2018.** Boletim Geral nº 028, de 10 de fev. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Plano de Atividades e Metas da Diretoria de Ensino para 2015.** Boletim Geral nº 068, de 10 de abr. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Convocação para capacitação de tutores em Educação a Distância do Sistema de Ensino Bombeiro Militar.** Boletim Geral nº 097, de 25 de maio de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Publicação da solenidade de implantação do Ensino a Distância nos cursos de carreira.** Boletim Geral nº 139, de 24 de jul. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Aprovação do Projeto Produção de Videoaulas no CBMDF.** Boletim Geral nº 142, de 29 de jul. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Encerramento do Curso de Altos Estudos para Praças – 2015 – Turma B.** Boletim Geral nº 001, de 4 de jan. de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Edital nº 9/2016 – CEFAP/DEPCT/CBMDF**. Boletim Geral nº 020, de 29 de jan. de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino (RPCEE/2016)**. Boletim Geral nº 065, de 6 de abr. de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Convite para produção de videoaulas para a Educação a Distância do Sistema de Ensino Bombeiro Militar**. Boletim Geral nº 099, de 27 de maio de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Plano Geral de Cursos e Previsão de Vagas Plurianual – 2017/2020 (PGC-PV/Plurianual)**. Boletim Geral nº 225, de 1º de dez. de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Cronograma de atividades da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/BM – 2017**. Boletim Geral nº 070, de 11 de abr. de 2017. Brasília, 2017.

CBMDF. **Projeto Pedagógico do Curso de Altos Estudos para Praças (CAEP)**. Boletim Geral nº 143, de 28 de jul. de 2017. Brasília, 2017.

CBMDF. **Regulamento de Ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (RE/CEFAP)**. Boletim Geral nº 028, de 8 de fev. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2018**. Boletim Geral nº 066, de 6 de abr. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Edital nº 14/2018 do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2018**. Boletim Geral nº 088, de 9 de maio de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Cronograma do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2018**. Boletim Geral nº 132, de 13 de jul. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Convocação para o início do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2018**. Boletim Geral nº 132, de 13 de jul. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Autorização para Workshop “Novas Tecnologias Educacionais”**. Boletim Geral nº 136, de 19 de jul. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Convocação para o Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/Extraordinário**. Boletim Geral nº 234, de 11 de dez. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Publicação de equivalência de Pós-graduação EaD com o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/Adm**. Boletim Geral nº 010, de 15 de jan. de 2019. Brasília, 2019.

CBMDF. **Publicação de certificado de equivalência com o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais**. Boletim Geral nº 011, de 16 de jan. de 2019. Brasília, 2019.

CBMDF. **Publicação de certificado de equivalência com o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.** Boletim Geral nº 039, de 25 de fev. de 2019. Brasília, 2019.

CBMDF. **Quadro da Direção e Corpo Docente do Curso de Altos Estudos de Praças – CAEP/Extraordinário.** Boletim Geral nº 164, de 30 de ago. de 2019. Brasília, 2019.

CBMDF. **Convocação para o retorno das instruções do CFO e CFP durante a pandemia de COVID-19.** Boletim Geral nº 078, de 27 de abr. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Procedimento para acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem do CBMDF.** Boletim Geral nº 097, de 25 de maio de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Nomeação de Direção e Corpo Docente da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2020.** Boletim Geral nº 163, de 31 de ago. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Convocação do Corpo Docente e cronograma do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2020.** Boletim Geral nº 216, de 18 de nov. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Convocação para a etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2020.** Boletim Geral nº 218, de 23 de nov. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Edital nº 98/2021 do Curso Preparatório de Oficiais – CPO/BM.** Suplemento do Boletim Geral nº 200, de 25 de out. de 2021. Brasília, 2021.

CBMDF. **Publicação da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP 2021/2022.** Boletim Geral nº 038, de 23 de fev. de 2022. Brasília, 2022.

CBMDF. **Indicação de militares para o Curso de Produção de Conteúdos Educacionais para EaD.** Boletim Geral nº 193, de 17 de out. de 2022. Brasília, 2022.

CBMDF. **Publicação da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP 2022.** Boletim Geral nº 224, de 7 de dez. de 2022. Brasília, 2022.

CBMDF. **Aprovação do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino – RPCEE/2024.** Suplemento ao Boletim Geral nº 151, de 9 de ago. de 2024. Brasília, 2024.

CBMDF. **Estabelecimento da Norma Geral de Avaliação e Medidas da Aprendizagem – NGAMA/2024.** Suplemento ao Boletim Geral nº 208, de 1º de nov. de 2024. Brasília, 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Posto ou graduação:

☐ Coronel	☐ Subtenente
☐ Tenente Coronel	☐ 1º Sargento
☐ Major	☐ 2º Sargento
☐ Capitão	☐ 3º Sargento
☐ 1º Tenente	☐ Cabo
☐ 2º Tenente	☐ Soldado
☐ Aspirante	

2. Sexo:

- Masculino
 Feminino

3. Idade:

☐ 25 - 30	☐ 41 - 45
☐ 31 - 35	☐ 46 - 50
☐ 36 - 40	☐ 51 ou mais

4. Que tipo de disciplina você já ministrou?

- Teórica
 Prática
 Ambas

5. Numa escala de 1 a 5, qual a sua opinião sobre a inclusão do Ensino a Distância (EaD) nos cursos de carreira da corporação (formação, aperfeiçoamento e altos estudos)?

1. Discordo totalmente – Não acredito que a inclusão do EaD seja benéfica
 2. Discordo parcialmente – Tenho algumas reservas em relação à inclusão do EaD nos cursos de carreira da corporação
 3. Neutro – Não tenho uma opinião clara sobre a inclusão do EaD nos cursos de carreira da corporação
 4. Concordo parcialmente – Acredito que a inclusão do EaD pode ser benéfica
 5. Concordo totalmente – Sou totalmente a favor da inclusão do EaD nos cursos de carreira da corporação

6. Quais ferramentas de EaD você já utilizou para auxiliar o processo de ensino em suas disciplinas?

☐ Moodle	☐ Jogos educacionais
☐ Google Classroom	☐ Vídeo-aulas
☐ Google Meet	☐ E-books
☐ Zoom	☐ Outros: _____
☐ Vídeo conferências	☐ Nunca utilizei ferramentas de EaD
☐ Chats de discussão	

7. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o impacto das ferramentas de EaD no ensino das disciplinas que você ministra?

1. Discordo totalmente: Não acredito que a inclusão de ferramentas EaD seja benéfica nas disciplinas que ministro
2. Discordo parcialmente: Acredito que a utilização de ferramentas EaD nas disciplinas que ministro não seja tão benéfica quanto se imagina
3. Neutro: Não tenho uma opinião clara acerca da utilização de ferramentas de EaD nas disciplinas em que ministrei
4. Concordo parcialmente: Acredito que a utilização de ferramentas de EaD pode ser benéfica para o aprendizado
5. Concordo totalmente: Sou totalmente a favor da utilização do máximo de ferramentas de EaD nas disciplinas que ministrei

8. Você já participou de algum evento, curso, treinamento, palestra, workshop ou tutoria sobre a inclusão e a utilização de ferramentas de EaD no ensino bombeiro militar?

- Sim
- Não

9. Em uma escala de 1 a 5, como você foi estimulado pela instituição a utilizar ferramentas de EaD?

1. Nada estimulado – Não recebi nenhum estímulo para utilizar ferramentas de EaD
2. Pouco estimulado – Recebi algum incentivo, mas foi mínimo e não muito claro
3. Moderadamente estimulado – Recebi um nível razoável de estímulo, suficiente para considerar o uso de ferramentas de EaD
4. Muito estimulado – Fui bastante incentivado a utilizar ferramentas de EaD, com suporte e motivação claros
5. Extremamente estimulado – Recebi um forte incentivo e apoio contínuo para utilizar ferramentas de EaD, com recursos e treinamentos adequados

10. Feedback e sugestões: Utilize este espaço para deixar seus comentários ou sugestões sobre o questionário e a pesquisa.

APÊNDICE B – ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

1. **Aluno:** Cadete BM/2 Wendel **Cavalcanti** de Oliveira Farias.
2. **Nome:** Relatório sobre o Ensino a Distância nos cursos de carreira do CBMDF.
3. **Descrição:** Relatório dos resultados da avaliação do panorama do EaD nos cursos de carreira da Corporação, analisando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do MEC e do CNE e a conformidade com o PLANES da Corporação.
4. **Finalidade:** Apresentar os resultados da pesquisa a fim de subsidiar a Diretoria de Ensino (DIREN) na formulação de medidas para consolidar o EaD como ferramenta estratégica, promovendo maior alcance e qualidade no ensino do CBMDF.
5. **A quem se destina:** O relatório se destina à DIREN.
6. **Funcionalidades:** O relatório visa contribuir para o constante aprimoramento do Sistema de Ensino Bombeiro Militar
7. **Especificações técnicas:** Material textual: O Relatório será em arquivo pdf, impressão em folha A4, com 18 páginas.
8. **Instruções de uso:** Não se aplica.
9. **Condições de conservação, manutenção, armazenamento:** Não se aplica.

APÊNDICE C – PRODUTO

RELATÓRIO COM APRESENTAÇÃO DE DADOS DE PESQUISA À DIREN

Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Curso de Formação de Oficiais – CFO

Brasília-DF, 14 de abril de 2025.

Assunto: Relatório sobre o panorama do EaD nos cursos de carreira do CBMDF

Ao Sr. Ten-Cel. QOBM/Comb. Diretor de Ensino do CBMDF,

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada como parte do trabalho de conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), intitulado “Ensino a Distância: O EaD nos cursos de carreira do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”. O estudo avalia o panorama do Ensino a Distância (EaD) nos cursos de carreira da Corporação, considerando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como a conformidade com planejamento estratégico da Corporação (PLANES). O objetivo deste relatório é subsidiar a Diretoria de Ensino (DIREN) na formulação de medidas para consolidar o EaD como ferramenta estratégica, promovendo maior alcance e qualidade no ensino do CBMDF.

O estudo mostra que o avanço das tecnologias educacionais tem revolucionado as práticas de ensino, consolidando o EaD como uma modalidade indispensável em diversos contextos acadêmicos e profissionais. No âmbito do CBMDF, a formação e o aperfeiçoamento dos militares sempre estiveram apoiados em processos estruturados de ensino, essenciais para o desenvolvimento das

competências e habilidades necessárias à Atividade Bombeiro Militar. Contudo, os métodos presenciais tradicionais enfrentam desafios significativos, como a limitada disponibilidade de instrutores, a restrição de espaços físicos e os altos custos operacionais, o que torna evidente a necessidade de integrar o EaD, como uma alternativa inovadora e eficaz, ao Sistema de Ensino Bombeiro Militar (SEBM).

De acordo com Nunes (1994), o Ensino a Distância constitui um excelente recurso para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades, como é o caso dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento das corporações militares.

Souza, Vasques e Silva (2017) citam que uma das motivações para as corporações de Segurança Pública desenvolverem projetos de Educação a Distância está na necessidade de reduzir a distância entre os centros de formação e os locais onde estão lotados os seus agentes. Essa distância, além de dificultar o acesso, eleva os custos para formação, aperfeiçoamento e capacitação de seu pessoal.

a) Do objetivo do estudo:

Analisar o panorama do EaD nos cursos de carreira da Corporação, avaliando sua implementação, a percepção dos instrutores, o alinhamento com normativos do MEC e do CNE, bem como a conformidade com o PLANES da Corporação.

b) Da metodologia utilizada:

A pesquisa adotou três abordagens metodológicas complementares. Inicialmente foi realizada uma análise documental nas publicações oficiais da Corporação dos últimos 15 anos. O universo desta etapa abrangeu 3.902 publicações entre boletins gerais e suplementos publicados no período de 2010 a 2025. Desse total, apenas 43 (1,1%) tratam de assuntos relacionados ou que influenciam diretamente o EaD nos cursos de carreira do CBMDF por conterem itens de caráter normativo e/ou estratégico, indicando que o tema ainda é pouco explorado no universo documental da corporação.

Em seguida, foi realizada uma análise documental de normativos, portarias e resoluções específicas do MEC e do CNE, publicados até abril de 2025, para incluir as diretrizes mais recentes disponíveis no período da pesquisa. O universo

abrangeu todos os documentos oficiais disponíveis nos sítios eletrônicos do MEC e do CNE relacionados ao EaD.

Por fim, para captar a percepção dos instrutores sobre os benefícios e desafios do EaD, foi aplicado um questionário estruturado aos instrutores dos cursos de carreira do CBMDF, especificamente o Curso de Formação de Praças (CFP), o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). O universo desta etapa incluiu os instrutores ativos desses cursos no período de coleta entre março e abril de 2025, estimados em cerca de 266 profissionais, conforme publicações do corpo docente de cada um desses cursos nos Boletins Gerais da Corporação entre 2024 e 2025. A amostra foi intencional, abrangendo os instrutores disponíveis e dispostos a participar, e alcançou 197 instrutores, representando 74% do universo. O questionário, aplicado via Google Forms, continha perguntas abertas e fechadas, abordando a frequência de uso de ferramentas EaD, os benefícios percebidos e as dificuldades enfrentadas. Os dados foram analisados quantitativamente para as perguntas de escala e qualitativamente para os comentários, utilizando categorização temática.

c) Dos resultados da pesquisa:

A pesquisa documental analisou 3.902 publicações internas do CBMDF dos últimos 15 anos (2010 a 2025) e mostrou que a cadeia de eventos que consolidou a inserção do EaD no SEBM se iniciou plenamente em 2010, com a criação do Conselho de Ensino do CBMDF (CONSECBM), que tinha como uma de suas competências a aprovação de inovações educacionais, incluindo o EaD. Em seguida, foram aprovadas normativas que permitiram atividades a distância, como a Política de Ensino e o RPCEE/2010. Em 2011, o PARF destinou R\$ 550 mil para o EaD, viabilizando o primeiro Curso de Altos Estudos para Praças (CAEP) a distância e capacitações em tecnologias educacionais.

A partir de 2015, o EaD ganhou impulso com o Plano de Comando 2015-2018, e o Plano de Atividade e Metas da DIREN, que estabeleceram metas como a criação de uma plataforma Moodle e uma Universidade Corporativa. Em 2017, o novo Projeto Pedagógico do CAEP consolidou-o como curso híbrido, e em 2018, a Norma Escolar do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (NE/CEFAP) detalhou avaliações para as modalidades semipresencial e a distância.

Em 2020, houve um grande impacto no SEBM, quando a pandemia de Covid-19 acelerou a implementação do EaD, forçando a migração temporária de 100% das disciplinas teóricas de cursos como CFP e CFO para a modalidade a distância. Esse período foi crucial para avaliar a capacidade do CBMDF de operar em EaD, com a consolidação do modelo híbrido em cursos como o CAEP e o Curso Preparatório de Oficiais (CPO) em 2021 e 2022. O RPCEE/2024 e a NGAMA/2024 formalizaram a estrutura do EaD, regulamentando a organização curricular e a interação entre modalidades, além de permitir que a avaliação no EaD fosse feita tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) quanto presencialmente. Apesar desses avanços, a modernização foi limitada ao CAEP, enquanto cursos como CFP, CAP, CPO, CFO, CAO e CAEO não passaram por reformulações significativas, evidenciando uma implementação desigual.

O Plano de Comando 2015-2018 e o PLANES da Corporação demonstram um claro empenho institucional na adoção do EaD, com metas específicas para sua implementação. No entanto, a ausência de uma norma específica para avaliação do EaD, prevista desde a NGAMA/2012, e a falta de reformulação em cursos além do CAEP indicam um alinhamento apenas parcial com o PLANES da Corporação. A infraestrutura para EaD avançou, especialmente com a adoção do Moodle e a criação de videoaulas, mas a desigualdade na aplicação entre os cursos de carreira reflete lacunas na institucionalização.

É possível notar que o EaD e sua infraestrutura avançaram, especialmente com a adoção da plataforma Moodle, a criação de conteúdos digitais e videoaulas. Esses avanços trouxeram muitos benefícios como a redução de custos logísticos (especialmente para militares de unidades afastadas), a diminuição da necessidade de infraestrutura física, a maior disponibilidade de instrutores e a possibilidade de os militares conciliarem ensino e serviço, como previsto no RPCEE/2016 e RPCEE/2024. Contudo, desafios persistem, incluindo a falta de uniformidade na implementação, a ausência de normas específicas para avaliação e a necessidade de mais investimentos em infraestrutura (ex.: estúdios de gravação, ferramentas de edição) e capacitação de tutores para produção de conteúdos interativos.

Na outra frente do estudo, a pesquisa nos documentos oficiais do MEC e do CNE mostrou que a criação e oferta de cursos na modalidade EaD requer a observância de uma série de diretrizes e normativas, especialmente no que tange à infraestrutura, ao corpo docente, ao material didático e aos processos de avaliação e

suporte ao aluno. A pesquisa documental analisou os normativos desses órgãos para identificar as diretrizes impostas a esse modelo e compará-las com as práticas adotadas pelo CBMDF.

No que diz respeito ao corpo docente, as diretrizes exigem que os instrutores tenha formação superior e qualificação compatível, sendo preferível que possuam mestrado ou doutorado. No CBMDF, a maioria dos instrutores possui formação superior e as qualificações adequadas são obtidas nos cursos internos da Corporação e somadas a ampla experiência prática da atividade bombeiro militar. No entanto, o questionário revelou que 43,7% deles nunca participaram de treinamentos específicos para o EaD, evidenciando uma lacuna significativa na capacitação formal exigida pelas diretrizes educacionais.

A infraestrutura é um dos aspectos mais importantes elencados pela norma, exigindo um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) funcional, acessível e com suporte técnico e pedagógico contínuo. O CBMDF utiliza a plataforma Moodle, mas os *feedbacks* dos instrutores apontam limitações, como materiais didáticos rudimentares, incluindo vídeos mal gravados e com problemas de som, além da ausência de estúdios adequados para gravação. Essas deficiências sugerem que a infraestrutura atual não atende plenamente aos padrões estabelecidos pelo MEC e pelo CNE.

Quanto ao material didático, as diretrizes determinam que ele deve estar alinhado ao projeto pedagógico dos cursos, ser acessível e apresentado em formatos diversos. No CBMDF, a produção de videoaulas teve início em 2015, mas o levantamento com os instrutores indicou que esses materiais, em sua maioria, têm baixa qualidade e carecem de interatividade, comprometendo a conformidade com esse requisito.

No que tange à avaliação e ao suporte ao aluno, as diretrizes exigem métodos claros, com avaliações formativas e somativas, além da disponibilidade de tutores. A NGAMA/2024 do CBMDF permite avaliações no AVA ou presenciais, mas a ausência de uma norma específica para o EaD, dificulta a padronização desses processos. Além disso, os questionários aplicados destacam a falta de tutores dedicados para as turmas à distância, revelando uma lacuna significativa no suporte oferecido aos alunos e instrutores.

Em termos de alinhamento com as diretrizes do MEC e do CNE, o CBMDF demonstra um cumprimento parcial. A formalização do EaD por meio do RPCEE/2024 e da NGAMA/2024 representa um avanço importante. Contudo, a falta de capacitação adequada dos instrutores, as limitações na infraestrutura, a ausência de normas específicas para avaliação e a insuficiência no suporte ao aluno indicam que o CBMDF ainda não atende integralmente os padrões exigidos.

Na terceira frente do estudo, um questionário foi aplicado via Google Forms a 197 instrutores dos cursos CFP, CFO e CAO revelou um perfil predominantemente masculino entre os instrutores, com 168 homens (85,2%) e apenas 29 mulheres (14,8%).

Tabela 1 – Tamanho e perfil por sexo da amostra

Sexo	Instrutores	Percentual (%)
Masculino	168	85,2%
Feminino	29	14,8%
Total	197	100,00%

Fonte: O autor

A baixa representatividade feminina pode refletir a composição histórica do meio militar, onde as mulheres ainda são minoria. Essa análise sugere a implementação de políticas que incentivem a capacitação e a participação de mulheres como instrutoras.

A distribuição etária dos instrutores revela uma predominância entre 31 e 40 anos, essa faixa soma 115 militares, que juntos representam 58,4% da amostra. Já as faixas etárias extremas apresentam menor representatividade: a de 25 a 30 anos conta com apenas 6 instrutores (3%), possivelmente devido ao ingresso na corporação em idades mais avançadas, como observado no último concurso ocorrido em 2017. A faixa de 51 anos ou mais, com 16 instrutores (8,1%), também é reduzida, o que pode indicar uma transição de profissionais mais velhos para outras funções ou aposentadoria, influenciada pela rotina exigente da atividade de instrutor.

Gráfico 1 – Perfil por idade da amostra

Fonte: O autor.

Em relação aos postos e graduações, o levantamento aponta uma predominância de sargentos, que totalizam 101 militares (51,3%). Essa distribuição reflete a estrutura hierárquica típica do meio militar, onde sargentos, por sua experiência e posição intermediária, frequentemente assumem os papéis de instrução.

Gráfico 2 – Distribuição da amostra por postos e graduações

Fonte: O autor.

As patentes mais altas são menos representativas na amostra. Entre os oficiais, coronéis e tenentes-coronéis representam apenas 7,6% dos instrutores, entre as praças, o grupo dos subtenentes, soma 8,6% da amostra. Esses dados

mostram uma estrutura hierárquica típica do meio militar, onde as funções de instrutoria são ocupadas, em sua maioria, por postos e graduações intermediários.

A Tabela 2 mostra que 157 (79,7%) atuam em disciplinas (teóricas e práticas).

Tabela 2 – Perfil da amostra por tipo de disciplinas que ministram

Tipo de disciplina	Instrutores	Percentual (%)
Ambas	157	79,7%
Apenas Prática	15	7,6%
Apenas Teórica	25	12,7%
Total	197	100,00%

Fonte: O autor.

O levantamento mostrou que a Inclusão do EaD nos cursos de carreira foi vista como benéfica por 91,4% dos instrutores (44,7% concordam parcialmente e 46,7% totalmente), indicando uma aceitação bastante significativa.

Gráfico 3 – Opinião sobre a inclusão do EaD no SEBM

Fonte: O Autor

Em relação ao impacto da utilização de ferramentas de EaD em suas disciplinas, a Tabela 3 mostra que 86,3% dos instrutores avaliaram sua contribuição como positiva, com 60,9% concordando parcialmente e 25,4% totalmente, especialmente nas disciplinas teóricas. No entanto, 6,6% discordaram parcialmente e 2% totalmente, destacando limitações do EaD especialmente em disciplinas práticas e operacionais.

Tabela 3 – Opinião sobre o uso de Ferramentas EaD em suas Disciplinas

Opinião sobre o impacto das ferramentas de EaD em suas disciplinas	Instrutores	Percentual (%)
Concordo totalmente: Sou totalmente a favor da utilização do máximo de ferramentas de EaD nas disciplinas que ministrei	50	25,4%
Concordo parcialmente: Acredito que a utilização de ferramentas de EaD pode ser benéfica para o aprendizado	120	60,9%
Discordo parcialmente: Acredito que a utilização de ferramentas EaD nas disciplinas que ministro não seja tão benéfica quanto se imagina	13	6,6%
Discordo totalmente: Não acredito que a inclusão de ferramentas EaD seja benéfica nas disciplinas que ministro	4	2,0%
Neutro: Não tenho uma opinião clara acerca da utilização de ferramentas de EaD nas disciplinas em que ministrei	10	5,1%
Total	197	100,00%

Fonte: O Autor

Sobre a utilização de ferramentas de EaD pelos instrutores, o gráfico 4 mostra que muitos instrutores já utilizam ferramentas de EaD em suas instruções. Entre as ferramentas mais utilizadas, o Moodle se destacou, sendo adotado por 69% dos instrutores, seguido por videoaulas (52,3%), Google Meet (38,6%) e Zoom (24,4%). Apesar desses números expressivos, 21,8% dos instrutores nunca fizeram uso de ferramentas EaD, o que pode indicar falta de treinamento ou incentivo institucional.

Gráfico 4 – Ferramentas de EaD usadas pelos instrutores

Fonte: O Autor

Tabela 4 – Estímulo recebido da instituição

Nível de Estímulo	Instrutores	Percentual (%)
Nada estimulado: Não recebi nenhum estímulo para utilizar ferramentas de EaD	34	17,3%
Pouco estimulado: Recebi algum incentivo, mas foi mínimo e não muito claro	43	21,8%
Moderadamente estimulado: Recebi um nível razoável de estímulo, suficiente para considerar o uso de ferramentas de EaD	92	46,7%
Muito estimulado: Fui bastante incentivado a utilizar ferramentas de EaD, com suporte e motivação claros	22	11,2%
Extremamente estimulado: Recebi um forte incentivo e apoio contínuo para utilizar ferramentas de EaD, com recursos e treinamentos adequados	6	3,0%
Total	197	100,00%

Fonte: O Autor

A Tabela 4 mostra que 77 instrutores (39,1%) relataram ter recebido pouco ou nenhum estímulo para incorporar o EaD em suas instruções, 92 instrutores (46,7%) afirmam ter recebido um estímulo moderado e apenas 28 instrutores (14,2%) se sentiram muito ou extremamente estimulados a incorporarem as ferramentas de EaD em suas atividades.

Esses dados apontam para a necessidade de se fortalecer as políticas de incentivo a utilização do EaD, com foco em capacitação, suporte contínuo ao instrutor e comunicação mais eficaz, para promover uma adoção mais ampla e eficiente dessas ferramentas.

Quanto à capacitação recebida para atuar com as ferramentas de EaD, a Tabela 5 mostra que apenas 56,3% dos instrutores já participaram de algum tipo de evento, curso ou treinamentos sobre EaD. Contudo, 43,7% afirmam nunca ter recebido qualquer tipo de formação, o que reforça os comentários qualitativos do questionário que apontaram a falta de capacitação como um dos principais desafios.

Tabela 5 – Participação em eventos e treinamentos sobre EaD

Participação em treinamentos	Instrutores	Percentual (%)
Sim	111	56,3%
Não	86	43,7%
Total	197	100,00%

Fonte: O autor.

Dos 197 instrutores entrevistados, 50 ofereceram comentários adicionais que enriqueceram a análise sobre a implementação do EaD nos cursos de carreira da corporação. Esses comentários foram agrupados por temas, fornecendo uma visão mais aprofundada das percepções e desafios enfrentados.

Os instrutores destacaram o EaD como uma ferramenta poderosa para otimizar o ensino e ampliar o acesso ao conhecimento. Comentários como “*muitas matérias permitem que a parte teórica seja ministrada por meio do EaD*” reforçam a percepção de que a modalidade é ideal para conteúdos teóricos, liberando mais tempo para atividades práticas presenciais. “*Um exemplo concreto é o curso CONAT que possui uma semana de EaD e 2 semanas presenciais. Nesta semana EaD o aluno tem contato com todo o conteúdo do curso e já realiza várias atividades antes*

da fase presencial. Isso facilita muito para os instrutores na fase presencial e para o objetivo final”.

Apesar dos benefícios, os desafios são significativos. A qualidade do material é um problema recorrente, exemplificado por *“atualmente os alunos recebem aulas mal planejadas e de confecção rudimentar”*. Há também barreiras estruturais que dificultam a implementação eficaz do EaD, como a falta de preparo para produzir conteúdo e a ausência de suporte adequado. Outro ponto crítico é a dificuldade em garantir o engajamento dos alunos, o que exige soluções específicas de controle e avaliação.

A necessidade de capacitação e infraestrutura foi o mais enfatizado nos comentários, refletindo uma lacuna crítica no CBMDF. A falta de infraestrutura é clara em relatos como *“falta infraestrutura [...] seria interessante para o Ensino Bombeiro Militar a aquisição de um ambiente de gravação”*. A capacitação dos instrutores também é insuficiente: *“o CBMDF investe muito pouco na capacitação continuada dos instrutores, especialmente no EaD. Muitas vezes decide-se com um mês de antecedência que determinada matéria será EaD e simplesmente determinam que o instrutor produza material à suas expensas”*. Outro comentário reforça: *“acho que falta um treinamento mais apropriado dos instrutores para o uso efetivo”*. Iniciativas como o *Workshop de Valorização do Instrutor (2024)*, promovido pela DIREN, foram bem recebidas — *“abrangeu bastante a inclusão do digital no processo de ensino-aprendizagem, inclusive com diversas oficinas ensinando a utilizar determinadas ferramentas”* —, mas são vistas como insuficientes. Um instrutor sugere maior divulgação: *“poderiam informar aos instrutores que existe um curso de Moodle no EaD da corporação”*. Esses pontos mostram a urgência de investimentos em treinamento e ambientes adequados para produção de conteúdo.

Por fim os instrutores propõem soluções práticas para aprimorar o EaD. A criação de infraestrutura, como *“um ambiente de gravação”*, e a oferta de *“cursos para os instrutores de como funciona o EaD (monitor, tutor, orientador e gerenciador)”* são amplamente recomendadas. Quanto à avaliação, muitos sugerem *“mecanismos mais robustos de avaliação e obrigação de estudo por parte do aluno”* e *“mecanismos para controle de frequência nas atividades”*. Outro comentário reforça: *“qualquer disciplina pode ser lecionada neste modelo, desde que validada posteriormente por meio de avaliações e tarefas práticas”*. Um modelo híbrido é defendido, com a ressalva de que *“atividades específicas, que exigem*

acompanhamento individualizado, trocas em tempo real ou desenvolvimento de habilidades práticas, podem demandar abordagens complementares presenciais ou síncronas". Por fim, apontam que *"a utilização de plataformas para o ensino no módulo EaD pode ser melhor aproveitada"*, sugerindo melhorias no uso de ferramentas como o Moodle.

d) Das conclusões do estudo:

O estudo aponta para uma inserção lenta e desigual do EaD nos cursos de carreira da Corporação. Os avanços mais expressivos se concentram no CAEP, enquanto outros cursos de carreira ainda apresentam modernização limitada. A pesquisa revelou que o PLANES da Corporação e o Plano de Comando 2015-2018 estabeleceram metas ambiciosas para o EaD. No entanto, a ausência de normas específicas — como uma diretriz para avaliação do EaD prevista desde a NGAMA/2012 — e a infraestrutura inadequada comprometeram a implementação. A pandemia de Covid-19 forçou uma expansão temporária da modalidade, mas expôs fragilidades estruturais que ainda persistem.

No que diz respeito às diretrizes do MEC e do CNE, o CBMDF demonstra conformidade parcial. A formalização do EaD pelo RPCEE/2024 e pela NGAMA/2024 representa um progresso. Contudo, a corporação não cumpre plenamente os requisitos de corpo docente qualificado, infraestrutura adequada, e suporte aos instrutores e alunos. Por exemplo, 43,7% dos instrutores não receberam capacitação específica para atuar no EaD, e há ausência de tutores dedicados, conforme destacado nos *feedbacks* qualitativos do questionário, que relataram também a baixa qualidade dos materiais didáticos.

Apesar desses desafios, o EaD é amplamente reconhecido como promissor: 91,4% dos instrutores o consideram benéfico, especialmente para conteúdos teóricos, e defendem a adoção de um modelo híbrido que combine teoria a distância e prática presencial. Essa alta aceitação, porém, vem acompanhada de ressalvas sobre a falta de treinamento e as limitações de infraestrutura, questões que se alinham às lacunas identificadas nos documentos analisados. Assim, os principais pontos críticos — capacitação insuficiente e infraestrutura deficiente — emergem de forma consistente em todas as fontes de dados.

e) Das recomendações:

Diante dos dados apresentados, para consolidar o EaD como uma ferramenta sólida e estratégica nos cursos de carreira do CBMDF, recomenda-se o seguinte:

- 1. Capacitação de Instrutores:** Promover treinamentos focados na utilização de ferramentas de EaD para os instrutores e investir na capacitação de tutores, habilitando-os para atuarem no suporte pedagógico e na produção de conteúdos interativos.
- 2. Infraestrutura Adequada:** Investir na construção de estúdios para produção de videoaulas de alta qualidade e na aquisição de ferramentas e softwares avançados para desenvolvimento e edição de conteúdos interativos
- 3. Atualização dos Currículos:** Implementação do modelo de ensino híbrido em todos os curso de carreira da Corporação, com revisão e atualização dos currículos para integrarem o EaD de forma clara e estruturada, especificando conteúdos, cargas horárias, tecnologias educacionais, materiais didáticos e critérios de avaliação.
- 4. Suporte contínuo:** Capacitar e designar tutores para oferecer acompanhamento contínuo de alunos e instrutores, promovendo suporte pedagógico e engajamento nas atividades de ensino à distância.
- 5. Regulamentação:** Edição de uma norma de avaliação específica para o EaD que possibilite a implementação mecanismos robustos de avaliação, como fóruns online, atividades interativas e verificações presenciais.
- 6. Pesquisas Futuras:** Realizar pesquisas para investigar o impacto do EaD na performance operacional dos militares, explorar a percepção dos alunos sobre a modalidade e avaliar a viabilidade de tecnologias emergentes, como realidade virtual e inteligência artificial, na formação bombeiro militar.

f) Das perspectivas futuras:

O fortalecimento do EaD no CBMDF abre caminho para um futuro promissor, no qual a modalidade pode se consolidar como um instrumento estratégico de formação e disseminação de conhecimento. Com uma estrutura bem planejada e a produção de conteúdo aprimorada o CBMDF tem a capacidade de atender de forma eficiente às demandas de ensino de seus militares, especialmente em disciplinas

teóricas, reservando as atividades práticas presenciais para o desenvolvimento de habilidades operacionais.

Promovendo a modernização do seu sistema de ensino, o CBMDF tem potencial para se posicionar como uma referência em pesquisas e produção de conhecimentos, sobretudo se avançar na implementação de sua Instituição de Ensino Superior. Essa perspectiva amplia as possibilidades do EaD, permitindo a oferta de cursos abertos à comunidade, como programas de prevenção de desastres e primeiros socorros, e consolidando a corporação como uma Instituição de excelência em educação e cidadania. As possibilidades são grandiosas, desde que o CBMDF invista em um modelo híbrido robusto, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, e priorize a capacitação contínua de seus instrutores para garantir a qualidade e a eficácia do ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Dispõe sobre os procedimentos para a oferta de educação a distância na educação superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66421-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de cursos e programas de educação a distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/87381-resolucao-cne-ces-n-1-2018-pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 abr. 2024.

NUNES, Ivone Barros. **Noções de Educação à distância**: Revista educação à distância. Porto Alegre, INED, n. 4-5, 1994.

SOUZA, Edmilson Silva; VASQUES, Letícia Veiga; SILVA, Sheldon William. **A Gestão da Educação a Distância no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. EaD em Foco, v. 7, n. 2, 2017.

Addimando, L. **Distance. Learning in Pandemic Age: Lessons from a (No Longer) Emergency**. Int. J. Environ. Res. Public Health **2022**, 19, 16302. <https://doi.org/10.3390/ijerph192316302>

MORAN, José Manuel. **Educação a distância: uma nova concepção de aprendizagem e interação**. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Artmed Editora, 2009.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**. Summus Editorial, 2015.

CBMDF. **Portaria nº 28, de 20 de outubro de 2010.** Aprova a Política de Ensino e a Diretriz Geral do Sistema de Ensino Bombeiro Militar (SEBM). Boletim Geral nº 195, de 21 de out. de 2010. Brasília, 2010.

CBMDF. **Portaria nº 29, de 25 de novembro de 2010.** Aprova o Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino (RPCEE/2010). Boletim Geral nº 218, de 26 de nov. de 2010. Brasília, 2010.

CBMDF. **Aprovação de propostas das Comissões do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF/2011).** Boletim Geral nº 074, de 18 de abr. de 2011. Brasília, 2011.

CBMDF. **Portarias nº 49 e 50, de 5 de julho de 2011.** Criação dos Cursos de Altos Estudos para Praças Bombeiro Militar (CAEP/BM) e Formação de Praças Bombeiro Militar (CFP/BM). Boletim Geral nº 127, de 6 de jul. de 2011. Brasília, 2011.

CBMDF. **Plano de Ensino do Curso de Didática de Ensino Militar (CDEM).** Boletim Geral nº 177, de 19 de set. de 2011. Brasília, 2011.

CBMDF. **Norma Geral de Avaliação e Medidas da Aprendizagem (NGAMA/2012).** Boletim Geral nº 159, de 23 de ago. de 2012. Brasília, 2012.

CBMDF. **Plano de Comando 2015-2018.** Boletim Geral nº 028, de 10 de fev. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Plano de Atividades e Metas da Diretoria de Ensino para 2015.** Boletim Geral nº 068, de 10 de abr. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Convocação para capacitação de tutores em Educação a Distância do Sistema de Ensino Bombeiro Militar.** Boletim Geral nº 097, de 25 de maio de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Publicação da solenidade de implantação do Ensino a Distância nos cursos de carreira.** Boletim Geral nº 139, de 24 de jul. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Aprovação do Projeto Produção de Videoaulas no CBMDF.** Boletim Geral nº 142, de 29 de jul. de 2015. Brasília, 2015.

CBMDF. **Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino (RPCEE/2016).** Boletim Geral nº 065, de 6 de abr. de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Convite para produção de videoaulas para a Educação a Distância do Sistema de Ensino Bombeiro Militar.** Boletim Geral nº 099, de 27 de maio de 2016. Brasília, 2016.

CBMDF. **Cronograma de atividades da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/BM – 2017.** Boletim Geral nº 070, de 11 de abr. de 2017. Brasília, 2017.

CBMDF. **Projeto Pedagógico do Curso de Altos Estudos para Praças (CAEP)**. Boletim Geral nº 143, de 28 de jul. de 2017. Brasília, 2017.

CBMDF. **Regulamento de Ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (RE/CEFAP)**. Boletim Geral nº 028, de 8 de fev. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2018**. Boletim Geral nº 066, de 6 de abr. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Edital nº 14/2018 do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2018**. Boletim Geral nº 088, de 9 de maio de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Cronograma do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2018**. Boletim Geral nº 132, de 13 de jul. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Autorização para Workshop “Novas Tecnologias Educacionais”**. Boletim Geral nº 136, de 19 de jul. de 2018. Brasília, 2018.

CBMDF. **Quadro da Direção e Corpo Docente do Curso de Altos Estudos de Praças – CAEP/Extraordinário**. Boletim Geral nº 164, de 30 de ago. de 2019. Brasília, 2019.

CBMDF. **Procedimento para acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem do CBMDF**. Boletim Geral nº 097, de 25 de maio de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Nomeação de Direção e Corpo Docente da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2020**. Boletim Geral nº 163, de 31 de ago. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Convocação do Corpo Docente e cronograma do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2020**. Boletim Geral nº 216, de 18 de nov. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Convocação para a etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP/2020**. Boletim Geral nº 218, de 23 de nov. de 2020. Brasília, 2020.

CBMDF. **Indicação de militares para o Curso de Produção de Conteúdos Educacionais para EaD**. Boletim Geral nº 193, de 17 de out. de 2022. Brasília, 2022.

CBMDF. **Publicação da etapa EaD do Curso de Altos Estudos para Praças – CAEP 2022**. Boletim Geral nº 224, de 7 de dez. de 2022. Brasília, 2022.

CBMDF. **Aprovação do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino – RPCEE/2024**. Suplemento ao Boletim Geral nº 151, de 9 de ago. de 2024. Brasília, 2024.

CBMDF. **Estabelecimento da Norma Geral de Avaliação e Medidas da Aprendizagem – NGAMA/2024**. Suplemento ao Boletim Geral nº 208, de 1º de nov. de 2024. Brasília, 2024.